

“Nudes” na internet – Um beco sem saída

Luiz Flávio Borges D’Urso (*)
e Luiz Augusto Filizzola D’Urso (**)

A internet é, sem dúvida, uma importante ferramenta do mundo moderno, mas é preciso muita cautela, quando se faz uso dela

Não é por acaso que, a cada dia, aumenta a ocorrência de crimes praticados neste espaço da web, são os chamados ciber-crimes, que, de certa forma, aparentam proteger o criminoso, todavia, ilusoriamente. O anonimato na internet é uma falsa sensação, pois, com o avanço da tecnologia, investigações podem detectar a autoria destes crimes. Estas investigações, geralmente, são realizadas pelas Delegacias de Combate a Crimes Digitais, com policiais habilitados para novas modalidades de investigação.

Existem situações, nas quais, embora a investigação tenha sucesso, detectando a autoria do crime, por vezes, esse autor é um menor de idade, o que resulta em profunda frustração quanto à punição. Atualmente, tem se constatado uma verdadeira onda entre os menores de idade, que se retratam nus e enviam estas fotos a terceiros, por aplicativos de envio de imagens ou mensagens. Estas fotos denominam-se “nudes”.

Infelizmente, em alguns casos, aquele que recebe as imagens, salva as fotos e as repassa para grupos e nas redes sociais, podendo até criar perfis no Facebook e no Instagram, objetivando divulgar estas fotos de nudez, tudo realizado, muitas vezes, somente por menores de idade. Nestes casos, entra-se num beco sem saída, pois, embora a primeira postagem da imagem de “nudes” devesse ficar no âmbito privado, as postagens seguintes ganham domínio público e perde-se totalmente o controle sobre estas fotos.

Caso o autor, que compartilha ou divulga estes “nudes” de menores de idade seja um indivíduo maior de 18 anos, responderá pelo crime previsto no artigo 241-A do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que prevê uma pena de reclusão de 3 a 6 anos para quem oferece, troca, disponibiliza, transmite, publica ou divulga esse tipo de foto, podendo também responder pelo crime de difamação.

Por mais competente que seja a investigação e a respectiva reação, na prática, o que se consegue remover da internet são apenas algumas publicações indevidas dos “nudes”, identificando quem as postou, mas, muitas outras fotos permanecerão espalhadas pela web e armazenadas nos dispositivos de diversas pessoas que as receberam. Aliás, é bom advertir que, o simples fato de um maior, armazenar, sem compartilhar tais fotos de menores, também comete crime, que é previsto no artigo 241-B do ECA, com pena de reclusão de 1 a 4 anos.

A lei estabelece tratamento diferente quando o autor do armazenamento ou do compartilhamento dos “nudes” seja menor de idade. Neste caso, o máximo de consequências que suportará pelas publicações ou armazenamento será uma medida sócio-educativa pelo cometimento de um ato infra-

cional, tudo à luz das previsões também do ECA, que afasta o crime e a pena, justamente por tratar-se de menor. Portanto, existem consequências, embora sejam elas muito brandas.

Apesar de toda essa reação, o problema não estará resolvido, pois estas fotos já em domínio público, é comum a reiteration de seu envio e compartilhamento entre os menores, geralmente conhecidos entre si, integrantes do mesmo colégio, do clube, do bairro, etc. Novas publicações e novas páginas nas redes sociais com estes “nudes” podem ser criadas com facilidade, reclamando a vigilância permanente da vítima que, a cada nova investida criminosa, terá de tomar providências para diminuir os danos, especialmente psicológicos que suportará.

Pode-se comparar à situação daquele que enxuga gelo, pois, por mais trabalho que tenha, jamais conseguirá seu intento de secar totalmente aquele gelo.

Assim, após o primeiro envio de “nudes” (o que jamais deveria ocorrer), não se controla mais o alcance destas fotos, que poderão ser reproduzidas infinitamente. As consequências são imprevisíveis. Já se viu notícias de adolescentes, que após a circulação de seus “nudes”, diante do sofrimento suportado em razão do bullying e da vergonha, chegam até ao suicídio.

É por isso que a Internet pode ser um beco sem saída para quem está nessa situação, todavia é um beco cuja entrada pode ser evitada. Considerando que estamos falando de jovens adolescentes, frágeis e vulneráveis, que precisam da aceitação do seu grupo, e que são criaturas ainda em formação, há que se reclamar a responsabilidade dos adultos, especialmente dos pais e das autoridades, em preparar estes adolescentes para resistir a tais apelos e modismos.

Por tudo isso, nossa sociedade precisa, urgentemente, de um programa de Educação Digital, não para os adolescentes aprenderem a trabalhar com computadores, pois isso eles já dominam desde tenra idade, mas para alertá-los dos riscos e dos perigos que rondam a internet, reiterando a inexistência do anonimato na web, revelando a eles sobre a falta de controle do que é postado e todos os riscos desta exposição virtual que ganha domínio público.

Quanto aos ciber-criminosos adultos, estes se encontram sempre um passo à frente do avanço das investigações, que permanecem em seus “calcanhares”, identificando-os e punindo-os, pois existem ferramentas tecnológicas e legislativas para tanto, sempre em desenvolvimento.

Portanto, o velho ditado “melhor prevenir que remediar”, se aplica também para a Internet, especialmente nestes casos de “nudes”, por adentrar em um universo incontrolável, tanto para o bem, quanto para o mal.

(*) - Advogado Criminalista, Mestre e Doutor em Direito Penal pela USP, Presidente da OAB-SP (2004/2012), Conselheiro Federal da OAB.
(**) - Advogado Criminalista, Pós-Graduado pela Universidade de Castilla-La Mancha, Membro do Grupo de Estudos de Direito Digital da Fiesp, Membro Efetivo da Comissão Especial de Compliance da OAB/SP e integra o escritório D’Urso e Borges Advogados Associados.

Deputados apontam prioridades para comissão mista que vai discutir segurança

A perspectiva de criação de uma comissão mista para analisar projetos relativos à segurança pública já causa divergências na Câmara

Entre os parlamentares que defendem o endurecimento da legislação, há quem elogie a proposta e há quem considere a comissão um fator de atraso na tramitação de projetos. E os defensores dos direitos humanos temem o que consideram retrocessos na legislação.

O colegiado terá a atribuição de selecionar propostas prioritárias e discutir os projetos com secretários estaduais de Segurança e de Justiça, além de representantes da administração penitenciária, deputados e senadores das comissões temáticas ligadas ao tema. “A ideia é construir uma pauta na área de segurança pública que foque o cidadão, e não o fortalecimento das corporações”, disse o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, ao anunciar a iniciativa, depois de reunião com o presidente do Senado, Eunício Oliveira.

O deputado Capitão Augusto (PR-SP), presidente da Comissão de Segurança Pública, disse



O aumento da violência nas cidades brasileiras é motivo de preocupação no Congresso.

que os integrantes do colegiado já chegaram a 12 projetos e devem completar a seleção nos próximos dias. Admitiu que a comissão deve priorizar projetos que aumentem penas e diminuam benefícios para presos acusados de crimes violentos. Defende a aprovação do projeto que torna crime

hediondo posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito das forças policiais e militares. Augusto cobra, do Senado, a aprovação da proposta que diminui a maioria penal de 18 para 16 anos em casos de crimes hediondos. Também defende ainda projetos que diminuam benefícios como o

saidão, visita íntima e progressão da pena para autores de crimes violentos. O presidente da Frente Parlamentar da Segurança Pública, deputado Alberto Fraga (DEM-DF),

O deputado defende que a Câmara defina oito projetos prontos para serem votados em Plenário. Ele aponta, como prioridades, propostas que restrinjam benefícios para condenados por crimes hediondos, redução da maioria penal e medidas de controle para evitar a ação de facções criminosas a partir de ordens vindas do interior de presídios.

Já o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias deputado Paulão (PT-AL), tem outro tipo de preocupação: a de que a pauta de segurança restrinja direitos e dificulte a ressocialização de presos. “Os projetos defendidos pela ‘bancada da bala’ vão na contramão do Direito Penal, dos direitos humanos e do estado democrático de Direito”, criticou (Ag.Câmara).

Fux assume inquérito da Odebrecht contra Collor

Um dos inquéritos que tem o senador Fernando Collor (PTC-AL) como alvo no STF passa a ser de responsabilidade do ministro Luiz Fux, após a presidente da Corte, ministra Cármen Lucia, ter determinado a redistribuição do caso. No inquérito, Collor é suspeito de ter recebido R\$ 800 mil de forma ilegal, em 2009, para favorecer a implantação de um projeto de saneamento básico da empresa Odebrecht Ambiental em Alagoas, incluindo a possível privatização da companhia de saneamento estadual.

O caso, que foi relatado na delação premiada do ex-presidente da Odebrecht Ambiental, Fernando Reis, estava sob responsabilidade de Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo. Entretanto, o ministro declinou da competência sobre o inquérito por entender que não há relação com os desvios na Petrobras, alvo principal da operação.

Em outro inquérito que se encontra no gabinete de Fachin, Collor já foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) acusado de fraudar em R\$ 29 milhões um contrato da BR Distribuidora, uma subsidiária da Petrobras, com a empresa UTC Engenharia. O recebimento da denúncia, que pode tornar o senador réu na Lava Jato, deve ser julgado ainda neste semestre (ABR).

Senado define na terça posição sobre crise na Venezuela

A posição do Senado sobre a crise na Venezuela poderá ser definida na sessão deliberativa desta terça-feira (15). Estão em pauta dois requerimentos. Um deles, apresentado pelo senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), pede voto de censura ao presidente do país, Nicolas Maduro. Outro requerimento, apresentado por Jorge Viana (PT-AC), pede que seja criada uma comissão externa, que poderia ir ao país vizinho numa “missão de bons ofícios”, oferecendo-se no restabelecimento de vias de diálogo institucional entre governo e oposição.

A crise política na Venezuela aprofundou-se desde maio, quando Maduro, que perdeu as eleições legislativas, convocou uma nova constituinte. O processo eleitoral foi boicotado pela oposição, e protestos de rua já resultaram em mais de 100 mortes. Organizações internacionais de defesa dos direitos humanos têm denunciado a repressão no país. Há líderes opositores presos, enquanto a procuradora-geral da Venezuela, Luisa Ortega Diaz, foi destituída pela Assembleia Constituinte, cujos integrantes são todos partidários de Maduro. O governo brasileiro, por sua vez, atuou



Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

no sentido de suspender o país do bloco do Mercosul, com base na cláusula democrática.

Para Ferraço, o governo Maduro opera ilegalmente para que opositores sejam presos, citando especificamente casos de líderes como Leopoldo Lopez (ex-prefeito de Chacao) e Antonio Ledezma (ex-prefeito de Caracas). Também considera uma ruptura da ordem constitucional a retirada de poderes da Assembleia Nacional, o Parlamento, cuja maioria de deputados pertence à coligação Mesa de la Unidad Democrática (MUD — opositorista), em detrimento da nova Assembleia Constituinte.

Ele também menciona o aprofundamento da crise econômica, citando um levantamento do FMI, que aponta queda do PIB da Venezuela de 30% desde 2014, ao passo que o país enfrenta um quadro de hiperinflação. “A inflação deve ultrapassar 1.000% em 2017, além de outros problemas, como desabastecimento de remédios e alimentos. O desemprego dispara, e milhares de venezuelanos já buscam refúgio em outros países, causando problemas humanitários”, disse Ferraço, mencionando a situação dos venezuelanos que têm fugido para o estado de Roraima (Ag.Senado).

Rodrigo Maia defende reformulação do Estado

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, defendeu na sexta-feira (11) a reformulação do Estado, a partir de uma ampla reforma que permita que seja dada, de forma equilibrada, condições iguais a todos os brasileiros. Para Maia, o Estado é muito maior do que a capacidade que a sociedade tem de financiá-lo.

Rodrigo Maia criticou a possibilidade de mudanças na meta fiscal. “Não é justo para com a sociedade brasileira. O governo já tem um déficit muito grande para não gerar as condições [necessárias] para cumprir esta meta. Nós sabemos que a crise ainda existe, que há queda da arrecadação, mas quando você não cumpre a meta você sinaliza que o endividamento pode crescer, o que pode gerar dificuldades”.

Maia lamentou o engessamento do Orçamento da União. “Infelizmente a gente tem mais de um trilhão [de reais] do orçamento destinado a gastos obrigatórios. Nós temos que discutir os esses gastos obrigatórios”. Defendeu a urgência da reforma da Previdência, que, segundo ele, é para onde é destinado



Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia.

a maior parte dos recursos do Orçamento. “A Previdência tem que ser reformada, pois é para onde vai a maior parte desses custos. O país terá de promover mudanças”, disse.

Rodrigo Maia disse que após a Câmara rejeitar o pedido do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para que o presidente Michel Temer fosse investigado pelo STF por corrupção passiva, o maior desafio do governo, a partir de agora, “é reorganizar a base de sustentação para que as reformas possam avançar”.

O presidente da Câmara reafirmou que a possibilidade de o Congresso votar a reforma da Previdência até setembro, é missão difícil. “Nós vamos trabalhar, mas a gente sabe que hoje é difícil e nós não estamos aqui para enganar ninguém. Mas o nosso trabalhar é de ir convencendo o parlamento aos poucos”. O presidente da Câmara participou, no Centro Cultural da FGV, no Rio, do painel Desafios para o Brasil: a agenda de reformas e a segurança pública no Rio de Janeiro (ABR).

Paes vira réu em denúncia sobre campo de golfe no Rio 2016

O ex-prefeito do Rio de Janeiro Eduardo Paes se tornou réu em uma ação civil pública de improbidade administrativa por supostas irregularidades na construção do Campo de Golfe Olímpico, na Barra da Tijuca, zona oeste carioca. De acordo com a denúncia, a prefeitura, na época da gestão de Paes, não teria cobrado uma dívida de licença ambiental, no valor de R\$1,8 milhão, na construção do local feito para os Jogos Olímpicos Rio 2016, devido à remoção de “vegetação exótica” em uma área de 61 mil metros quadrados.

Na época, o custo foi assumido pela própria prefeitura. A ação, movida pelo Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente do Ministério Público (GAEMA/MPRJ), também tem como ré no processo a construtora Fiori Empreendimentos Imobiliários Ltda, responsável pela execução das obras. Em dezembro de 2016, tanto o ex-prefeito quanto a empresa já haviam tido os bens bloqueados para pagar a dívida. O valor total de bens bloqueados de Paes foi de R\$181 mil.

Segundo o MP Estadual, a Fiori teria solicitado a Paes, em 14 de março de 2013, que a prefeitura pagasse o tributo, argumentando que “não teria sido contemplado nos custos do contrato o pagamento da citada taxa e que tal cobrança iria criar ônus adicional superior aos benefícios que lhes foram concedidos” (ANSA).

Companhia Agrícola Igrúe

CNPJ 50.669.225/0001-03 – NIRE 35.300.002.342
Extrato da Ata da AGO realizada em 28/06/2017

Data, Hora, Local: 28/06/2017, às 10 horas na sede social. Presença: Totalidade. Constituição da Mesa: Henrique Schieffelerdecker - Presidente, Erika Auta Porr - Secretária. Convocação e Publicação: dispensadas em virtude da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social, conforme faculta o parágrafo 4º, do artigo 124, da Lei 6.404/76. Ordem do dia: 1) Aprovação das demonstrações financeiras referente ao exercício social 2015; 2) Aprovação das demonstrações financeiras referente ao exercício social 2016; 3) remuneração dos membros da diretoria; 4) reeleição da diretoria para próximo biênio. Deliberações por Unanimidade: (1) Aprovada as contas e as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2015 publicadas em 30/04/2016 nos jornais DOESP e Empresas & Negócios; (2) Aprovada as contas e as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2016 publicadas nos jornais DOESP em 24/06/2017 e Empresas & Negócios em 27/06/2017; (3) Fixou a remuneração dos membros da Diretoria no valor anual global de até R\$ 15.000,00. (4) Reeleição da diretoria para um novo mandato a encerrar-se na Assembleia Geral que apreciar as contas do exercício findo em 31/12/2018: Eleitos: para Diretor Presidente: Henrique Schieffelerdecker; Diretor Vice Presidente: Erika Auta Porr; para Diretores: Gabriela Hall, Trevor Allan Hall, Ulrike Porr, Michaela Porr. Para fins do artigo 147, caput, da Lei nº 6.404/76, as respectivas declarações de desimpedimento assinada pelos diretores eleitos estão anexo a presente ata. Encerramento: A ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Assinaturas: Presidente da Mesa: Henrique Schieffelerdecker, Secretária da Mesa: Erika Auta Porr. Acionistas Presentes: Gahé Holding S/A, neste ato representada por seus Diretores: Henrique Schieffelerdecker, Gabriela Hall e Trevor Allan Hall; EAP Holding S/A, neste ato representada por seus Diretores: Erika Auta Porr, Ulrike Porr e Michaela Porr. O presente foi extraído do original arquivado na JUCESP sob o nº 357.274/17-9 em 04/08/17. Flávia Regina Brito Gonçalves - Secretária Geral.